



ESTADO DE GOIÁS
CÂMARA MUNICIPAL DE APARECIDA DE GOIÂNIA

MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO
MODALIDADE: PREGÃO Nº 005/2011
PRESENCIAL

Processo: 055/2011

Tipo de Licitação: Menor preço

Fundamento Legal: A presente licitação será regida pela Lei nº 10.520/02, e subsidiariamente à Lei Federal nº 8.666/93 e pelas disposições deste Edital e seus Anexos.

Local de Abertura: Os envelopes contendo a PROPOSTA e DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO deverão ser entregues a Pregoeira e Equipe de Apoio, nomeados pela Portaria nº 002/2011, na sala da Comissão de Licitação, localizada no Anexo II da Câmara de Vereadores de Aparecida de Goiânia, Rua Joao Batista de Toledo, Qd.07 Lt.03, 1º andar, Centro, neste município.

Data: 12/12/2011 – às 09:00 horas.

Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação da Pregoeira em contrário.

O Edital e respectivos anexos encontram-se à disposição dos interessados para consulta e estudo, durante o prazo de divulgação da Licitação até o recebimento dos envelopes, nos dias úteis e no horário das 8:00h às 14:00h, de segunda a sexta-feira, na Comissão de Licitação desta Câmara, no endereço acima citado.

São partes integrantes deste Edital os seguintes anexos:

- Anexo I – Especificações do Objeto/Termo de Referência
- Anexo II – Modelo de Declaração
- Anexo III – Declaração que não emprega menor
- Anexo IV – Minuta de Contrato

I – DO OBJETO

1.1 – Constitui objeto deste edital a aquisição de mobiliário para a Câmara Municipal de Aparecida de Goiânia, conforme especificados no Anexo I – Especificações do Objeto/Termo de Referência, parte integrante do presente Edital.

II. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1 – Poderão participar deste Pregão, as empresas do ramo pertinente ao objeto, legalmente constituídas e que satisfaçam as condições estabelecidas neste Edital, não sendo permitida a participação de consórcios.



ESTADO DE GOIÁS CÂMARA MUNICIPAL DE APARECIDA DE GOIÂNIA

2.2 – As licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas, sendo que a Câmara Municipal de Aparecida de Goiânia não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

2.3 – A participação na licitação implica, automaticamente, na aceitação integral dos termos deste Edital e seus Anexos e leis aplicáveis.

2.4 – Os documentos exigidos deverão ser apresentados em original ou publicação em órgão da imprensa oficial, por qualquer processo de cópia autenticada via cartório competente, ou por servidor membro da Comissão Permanente de Licitação da Câmara Municipal de Aparecida de Goiânia/GO.

2.5 – Só terão direito de usar a palavra, rubricar as documentações, propostas, apresentar reclamações ou recursos e assinar as Atas os licitantes credenciados, a Pregoeira e os membros da Equipe de Apoio.

2.6 – É vedada a participação de empresas:

2.6.1 – Concordatária, ou em recuperação judicial, ou extrajudicial, ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;

2.6.2 – Que tenha(m) sido declarada(s) inidônea(s) pela Administração Pública Municipal e, caso participe do processo licitatório, estará(ao) sujeita(s) às penalidades previstas no Art. 97, parágrafo Único da Lei Federal 8.666/93;

2.6.3 – Cujos sócios ou diretores pertençam, simultaneamente, a mais de uma firma licitante.

2.7 – Não poderá participar direta ou indiretamente da Licitação, servidor desta Câmara, bem como as empresas cujos sócios, administradores, empregados, controladores sejam servidores da mesma.

III – DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

3.1 – No dia, horário e local designados para recebimento dos envelopes, a Licitante deverá credenciar um representante, sendo recomendável sua presença com 15 (quinze) minutos de antecedência em relação ao horário previsto para a abertura da sessão.

3.1.1 – Por credenciamento, entende-se a apresentação conjunta dos seguintes documentos:

a) documento de identidade em original ou cópia autenticada;

b) Se a proponente se apresentar por meio de representante o mesmo deverá estar munido de **procuração pública ou particular que comprove poderes, na forma da lei, para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome da licitante**, devidamente acompanhada de cópia do contrato social ou estatuto devidamente autenticado.

b.1) Se a licitante estiver representada por seu **titular, diretor, sócio ou gerente**, deverá estar munido de cópia do **Estatuto Social ou Contrato Social** devidamente registrado e autenticado e que lhe confira poderes expressos para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.



ESTADO DE GOIÁS CÂMARA MUNICIPAL DE APARECIDA DE GOIÂNIA

c) Declaração de que aceita e concorda com as condições expressas no Edital, modelo do Anexo II. O licitante que não dispôr da declaração ou apresentá-la com qualquer incorreção poderá assiná-la ainda perante a equipe de apoio desde que comprove dispor de poderes para tal investidura.

d) Declaração de Enquadramento como Micro ou Pequena Empresa, devidamente assinada por contador inscrito no CRC ou ainda Certidão emitida pela Junta Comercial com data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias, certificando a condição de Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte. A apresentação destes documentos visa a concessão do direito preferência constante da Lei Complementar 123/2006 não sendo obrigatória a sua apresentação, porém a não apresentação, impede o exercício de preferência previsto em lei.

3.2 – A não apresentação ou incorreção de quaisquer dos documentos de credenciamento impedirá a intervenção da licitante no presente certame, especialmente quanto a oferta de lances e a interposição de recursos, porém a proposta da licitante será considerada no certame, sendo que no caso de não apresentação do contrato social ou estatuto social, a licitante deverá incluir o documento no envelope de documentação. Caso não apresente de forma alguma o contrato social ou estatuto social, será declarada inabilitada.

3.3 – A Licitante que se retirar antes do término da sessão considerar-se-á que tenha renunciado ao direito de oferecer lances e recorrer dos atos da Pregoeira.

3.4 – Declarado encerrado o procedimento de credenciamento, não mais será admitida a participação de outras Proponentes.

IV – DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

4.1 – As Proponentes deverão entregar dois envelopes, devidamente lacrados. Cada envelope deve conter a identificação de seu conteúdo, e preferencialmente dispor de todas as páginas numeradas. Sugestão de identificação dos envelopes:

NOME DA EMPRESA
ENVELOPE Nº 01
CÂMARA DE VEREADORES DE APARECIDA DE GOIANIA
PREGÃO Nº 005/2011
PROPOSTA DE PREÇOS

NOME DA EMPRESA
ENVELOPE Nº 02
CÂMARA DE VEREADORES DE APARECIDA DE GOIANIA
PREGÃO Nº 005/2011
DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

V – DOS ENVELOPES “PROPOSTAS DE PREÇOS”

5.1 – No Envelope “Proposta de Preços” constará a proposta de preços devendo conter no mínimo o seguinte:

5.1.1 – Ser redigida, preferencialmente, em 01 (uma) via, datilografada ou editorada por computador, em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, redigida com



ESTADO DE GOIÁS CÂMARA MUNICIPAL DE APARECIDA DE GOIÂNIA

clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada e assinada pelo representante legal da Proponente.

5.1.2 – **Conter a especificação dos produtos com a marca de cada item, prazo de entrega, razão social da Proponente, CNPJ e endereço (rua/avenida, número, bairro, cidade, Cep., UF).** Complementarmente podem ser apresentadas informações referentes a telefone, fax e endereço eletrônico (e-mail), mencionando o Banco, números da conta corrente e da Agência no qual serão depositados os pagamentos se a Licitante se sagrar vencedora do certame, bem como, a qualificação do representante da Licitante, para fins de assinatura do contrato, quando for o caso.

5.1.3 – A validade da proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura do envelope “proposta”. Se a proposta não informar a validade, será este o prazo considerado.

5.1.4 – A proposta deve ser apresentada sem emendas ou rasuras, com preços expressos em moeda corrente nacional, utilizando apenas **duas casas decimais** após a vírgula (Lei Federal nº 9.069/95), discriminados por item, em algarismo (unitário e total). No preço final ofertado deverá estar incluídas todas despesas que incidam ou venham a incidir, tais como, fretes, impostos, taxas, encargos enfim, todos os custos diretos e indiretos necessários ao cumprimento do objeto ora licitado, inclusive os decorrentes de troca do objeto dentro do prazo de garantia, se for o caso.

a) As Propostas que atenderem aos requisitos do Edital e seus Anexos serão verificadas quanto a erros, os quais serão corrigidos pela Pregoeira da forma seguinte:

a.1.) Discrepância entre valor total grafado em algarismos e por extenso: prevalecerá o que mais se aproximar da soma total da proposta, mantendo-se os valores unitários;

a.2.) Erros de transcrição das quantidades previstas: o item será corrigido, mantendo-se o preço unitário e corrigindo-se a quantidade e o preço total;

a.3.) Erro de multiplicação do preço unitário pela quantidade correspondente: será retificado, mantendo-se o preço unitário e a quantidade e corrigindo-se o total;

a.4.) Erro de adição: será retificado, considerando-se as parcelas corretas e retificando-se a soma.

b) O valor total da proposta será ajustado pelo(a) Pregoeiro(a) em conformidade com os procedimentos acima para correção de erros. O valor resultante constituirá o valor total da proposta.

c) O valor final total ofertado na fase de lances poderá ser ajustado no valor do lance ou a menor quando da apresentação de nova proposta, devendo esta ser apresentada com cálculos exatos observando a quantidade de casas decimais estabelecidas no item 5.1.5.

5.1.5 – A centésima parte do Real, denominada “centavos”, será escrita sob a forma decimal, precedida da vírgula que segue a unidade, nos termos da Lei 9.069, art. 1º, § 2º, de 29 de junho de 1995.

5.2 – Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos na proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer outro título, devendo o objeto ser fornecido sem ônus adicionais.

VI – DO ENVELOPE “DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO”

6.1 – A licitante deverá apresentar dentro do ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO, os documentos relacionados a seguir. Os documentos devem ser apresentados por qualquer processo de cópia autenticada pela Comissão de Licitação ou Cartório. A comissão de julgamento desta licitação se



ESTADO DE GOIÁS CÂMARA MUNICIPAL DE APARECIDA DE GOIÂNIA

reserva no direito de não autenticar documentos durante a sessão para não gerar atrasos na condução do certame.

6.2 – REGULARIDADE JURÍDICA

a) Certidão simplificada de arquivamento ou formulário de Registro de Empresário Individual na Junta Comercial, no caso de firma individual.

b) Ato constitutivo – Estatuto ou Contrato Social em vigor (que poderá ser apresentada na forma consolidada, substituindo o contrato original), devidamente registrado, em se tratando de Sociedades Empresariais e, especificamente, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição e posse de seus administradores, com a publicação no Diário Oficial da Ata de Assembléia que aprovou o Estatuto.

b.1) Os documentos em apreço deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de Sociedades Simples, acompanhada de prova da diretoria em exercício.

d) Decreto de autorização, em se tratando de empresas ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

6.2.1 – A licitante deve apresentar os documentos de regularidade jurídica, no credenciamento. Caso a licitante não credencie representante deve juntá-la no envelope de documentação.

6.3 – REGULARIDADE FISCAL

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ do Ministério da Fazenda.

b) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal através de Certidão emitida relativa à Dívida Ativa da União, expedida pela Receita Federal do Brasil.

c) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, através de Certidão expedida pela Secretaria da Fazenda ou equivalente da unidade da federação onde a licitante tem sua sede.

d) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, através de Certidão expedida pela Secretaria de Finanças do Município ou equivalente onde a licitante tem sua sede.

e) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

6.4 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) Apresentar no mínimo 01 (um) Atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove que a empresa tenha fornecido objeto semelhante ao objeto desta licitação.



ESTADO DE GOIÁS

CÂMARA MUNICIPAL DE APARECIDA DE GOIÂNIA

6.5 – Ainda que possuam restrições fiscais ou fazendárias, as micros e pequenas empresas deverão apresentar a totalidade dos requisitos dispostos no item 6.3, letras “a”, “b”, “c”, “d” e “e”, exigidos para fins de comprovação da regularidade fiscal.

6.6 – Os documentos emitidos por via INTERNET terão seus dados conferidos pela Equipe de Apoio perante o site correspondente.

6.7 – Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

6.8 – Se a documentação de habilitação não estiver de acordo com as exigências editalícias ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos, a(o) Pregoeiro(a) considerará a Proponente inabilitada.

6.9 – Documentos apresentados com a validade expirada, acarretarão a inabilitação do Proponente. As certidões que não possuírem prazo de validade, somente serão aceitas com data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias.

VII – DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

7.1 – Decairá do direito de solicitar esclarecimento ou providência e de impugnar o Edital, aquele que não o fizer até 02 (dois) dias úteis antes da data de abertura da sessão do Pregão. Cabendo ao(a) Pregoeiro(a) decidir sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

7.2 – Acolhida à petição contra o Edital, será designada nova data para a realização do certame.

VIII – DA SESSÃO DO PREGÃO

8.1 – O(A) Pregoeiro(a) declarará aberta a sessão iniciando-se a fase de credenciamento, conforme Item 03 deste.

8.2 – Estando de posse da relação das Licitantes credenciadas, o(a) Pregoeiro(a) fará divulgação verbal dos interessados, sendo que, as Proponentes credenciadas poderão ofertar lances durante a sessão do pregão, dando-se início ao recebimento dos envelopes “Proposta de Preços” e “Documentos de Habilitação”.

8.3 – Abertos os envelopes contendo as propostas de preços, serão feitas as suas conferências, análises de suas conformidades com as exigências do Edital e posterior rubrica pelo(a) Pregoeiro(a), Equipe de Apoio e Licitantes.

8.4 – Cumprido o Item 5.1, serão desclassificadas as propostas que:

a) forem elaboradas em desacordo com as exigências do Edital e seus Anexos;

b) apresentarem preços totais ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, excessivos ou manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação comprovando que os custos são coerentes com os de mercado;

c) apresentarem proposta alternativa, tendo como opção de preço, ou oferta de vantagem baseada na proposta das demais Licitantes.



ESTADO DE GOIÁS CÂMARA MUNICIPAL DE APARECIDA DE GOIÂNIA

8.5 – Para fins de classificação das propostas, será considerado o menor preço.

8.6 – O(A) Pregoeiro(a) procederá à classificação da proposta de menor preço, e aquelas que tenham valores sucessivos e superiores em até 10 % (dez por cento), relativamente à de menor preço, para participarem dos lances verbais.

8.7 – Caso não haja pelo menos três propostas nas condições definidas no item 8.6, serão classificadas as propostas subseqüentes que apresentarem os menores preços, até o máximo de três, já incluída a de menor preço, qualquer que tenham sido os valores oferecidos.

8.8 – Na ocorrência de empate dentre as classificadas para participarem dos lances verbais conforme item 8.7., a ordem para esses lances será definida através de sorteio. Às Licitantes proclamadas classificadas, será dada oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes, em relação à de menor preço, iniciando-se pelo autor da proposta de maior valor.

8.9 – A cada nova rodada será efetivada a classificação momentânea das propostas, o que definirá a seqüência dos lances seguintes.

8.10 – O lance sempre deverá ser inferior ao anterior ou da proposta de menor preço.

8.11 – A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo(a) Pregoeiro(a), implicará a exclusão da Licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço por ela apresentado, para efeito de ordenação das propostas.

8.12 – O(A) Pregoeiro(a) poderá negociar com a Licitante excluída da participação dos lances verbais, na forma do item 8.11, caso a Proponente vencedora seja inabilitada, observada a ordem de classificação.

8.13 – Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades cabíveis.

8.14 – Caso não se realize lances verbais, serão verificados a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação, hipótese em que o(a) Pregoeiro(a) poderá negociar diretamente com a Proponente para que seja obtido melhor preço.

8.15 – Após este ato, será encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, exclusivamente pelo critério de menor preço.

8.16 – Se o detentor da melhor proposta não for qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte e houver, de acordo com a ordem de classificação, propostas elaboradas por microempresas ou empresas de pequeno porte que superem a de menor valor em intervalo não maior que 5%, o(a) pregoeiro(a) deverá convocar o detentor da melhor colocada delas para, acaso queira, apresentar nova proposta no prazo de até cinco minutos.

8.17 – Se a licitante microempresa ou empresa de pequeno porte não se valer do direito de preferência a que alude o item anterior, o(a) pregoeiro(a) deverá convocar os demais licitantes, de acordo com a ordem de classificação, que sejam microempresas ou empresas de pequeno porte e que se enquadrem na hipótese do item 8.16 para, acaso queiram, exercer igual prerrogativa.



ESTADO DE GOIÁS CÂMARA MUNICIPAL DE APARECIDA DE GOIÂNIA

8.18 – Se nenhum dos licitantes exercer o direito de preferência, o objeto será adjudicado ao detentor da proposta originariamente vencedora do certame.

8.19 – O(A) Pregoeiro(a) examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor apresentado pela primeira classificada, conforme definido neste Edital e seus Anexos, decidindo motivadamente a respeito.

8.20 – Sendo aceitável a oferta, será verificado o atendimento das condições habilitatórias pela Licitante que a tiver formulado.

8.20.1 – Eventuais falhas, omissões ou outras irregularidades nos documentos de habilitação poderão ser saneadas na Sessão Pública de Processamento do Pregão, até a decisão sobre a habilitação, inclusive mediante substituição e apresentação de documentos, ou verificação efetuada por meio eletrônico hábil de informações e certificado pelo(a) Pregoeiro(a).

8.21 – Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, será declarada a Proponente vencedora sendo-lhe adjudicado o objeto deste Edital pelo Pregoeiro(a).

8.22 – Se a oferta do Proponente não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o(a) Pregoeiro(a) examinará as ofertas subseqüentes e a qualificação das licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor. **Se a empresa vencedora for micro empresa ou empresa de pequeno porte e apresentar alguma restrição nos documentos de regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 02(dois) dias úteis, prorrogáveis por igual período, para a regularização da documentação (art. 43, § 1º, LC 123/06).**

8.23 – Na ocorrência do disposto no item 8.17, o(a) Pregoeiro(a) poderá negociar diretamente com a Proponente para obtenção de melhor preço.

8.24 – Da reunião lavrar-se-á Ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, deverá ser assinada pelo(a) Pregoeiro(a), Licitantes Credenciados presentes e membros da Equipe de Apoio. Os envelopes das demais Proponentes, caso não haja recurso, serão devolvidos no final da sessão.

8.25 – A Licitante vencedora, no tempo fixado pelo(a) Pregoeiro(a), deverá apresentar nova Proposta contendo os preços, unitário com no máximo duas casas decimais e global, obtidos através da negociação efetuada na fase de lances verbais.

8.26 – Se a licitante vencedora, injustificadamente ou se não apresentar situação regular no ato da feitura da nota de empenho, a sessão será retomada e, os demais licitantes serão chamados, na ordem de classificação, para fazê-lo nas condições de suas respectivas ofertas, observado que o(a) pregoeiro(a) examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor, sujeitando-se o desistente às penalidades constantes neste edital.

8.27 – Ocorrendo à hipótese prevista na letra anterior, a sessão do Pregão será retomada.

IX – DOS RECURSOS

9.1 – Declarada a vencedora, qualquer Licitante, desde que motivadamente e ao final da sessão, poderá manifestar imediatamente a intenção de recorrer, que será registrada resumidamente em ata, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso,



ESTADO DE GOIÁS

CÂMARA MUNICIPAL DE APARECIDA DE GOIÂNIA

ficando as demais Licitantes desde logo intimadas para apresentar as contra-razões, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

9.2 – A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo(a) Pregoeiro(a) ao vencedor.

9.3 – O recurso contra a decisão do(a) Pregoeiro(a) terá efeito suspensivo, iniciando-se com a manifestação motivada do recorrente de sua intenção, devendo ocorrer imediatamente após a declaração do vencedor do certame, podendo ser formulado verbalmente na sessão ou por escrito, neste caso, deverá ser protocolizado e dirigido ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, por intermédio do(a) Pregoeiro(a).

9.4 – O acolhimento do recurso pelo(a) Pregoeiro(a) ou pela Autoridade Superior, importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.5 – Decidido(s) o(s) recurso(s) e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicará o objeto à Licitante vencedora.

9.6 – A decisão em grau de recurso será definitiva e dela dar-se-á conhecimento aos interessados, através de comunicação por escrito ou via fax.

X – DO CRITÉRIO E FORMA DE JULGAMENTO

10.1 – No julgamento das propostas considerar-se-á vencedora aquela que, tendo sido aceita, estiver de acordo com os termos deste Edital e seus Anexos, e ofertar o MENOR PREÇO POR ITEM.

10.2 – O resultado do julgamento das propostas será disponibilizado aos interessados no Setor de Licitações à Rua Benedito Batista de Toledo, Qd.07 Lt.03 1º Andar, Centro, Aparecida de Goiânia - GO, no Placar da Câmara ou ainda no endereço eletrônico www.camaradeaparecida.go.gov.br/portal para intimação e conhecimento dos interessados.

XI – DA ENTREGA

11.1 – A entrega se dará conforme o descrito no Anexo I deste Edital.

XII – DO PAGAMENTO

12.1 – O pagamento somente será efetuado após a entrega do objeto e sua consequente aceitação. Após a certificação da entrega as notas fiscais serão atestadas pelo gestor do contrato.

12.2 – Gestor do contrato somente atestará o fornecimento e liberará a(s) Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s) para pagamento quando cumprido pela CONTRATADA, todas as condições pactuadas.

12.3 – Para efeito de pagamento será verificado ainda se o fornecedor se encontra em dia com suas obrigações fiscais. As faturas deverão conter:

a) Data de emissão;

b) Estar endereçada a Câmara Municipal de Aparecida de Goiânia/GO, Rua Antônio Batista Sandoval S/N, Qd. 06 – Centro – Aparecida de Goiânia/Goiás, inscrita no CNPJ sob nº 01.203.223/0001-19;



ESTADO DE GOIÁS

CÂMARA MUNICIPAL DE APARECIDA DE GOIÂNIA

- c) Valor unitário e valor total dos produtos entregues;
- d) A especificação dos produtos entregues;
- e) Conter todas as CND's válidas.

12.4 – As faturas ou as parcelas com atraso de pagamento por mais de 30 (trinta) dias, terão direito a correção de 0,5% (meio por cento) de seus respectivos valores.

XIII – DOS RECURSOS FINANCEIROS E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DURAÇÃO DO CONTRATO

13.1 – As despesas com a presente licitação, correrão a cargo da Dotação Orçamentária: 01.031.0001.2.001 elemento de despesa 4.4.90.52.

13.2 – Os recursos necessários aos pagamentos das despesas decorrentes desta licitação são oriundos dos Repasses do Duodécimo recebido pela Câmara Municipal de Aparecida.

13.3 – Este contrato terá vigência de 90 (noventa) dias a partir da data de sua assinatura.

XIV – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

14.1 – Além das resultantes da Lei 8.666/93 a adjudicatária se obriga, nos termos deste Edital, a:

- a) Após a homologação da licitação, comparecer para assinatura do Contrato, no prazo de até 05 (cinco) dias, contados do recebimento da convocação formal, conforme o caso;
- b) Aceitar os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias até 25% (vinte e cinco) por cento do valor total do contrato atualizado;
- c) Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela fiscalização da contratante;
- d) Manter durante toda a execução do termo respectivo, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;
- e) Dar garantia do mobiliário pelo prazo mínimo de 03 (três) anos contra defeito, quebra desde que não tenha sido provocada pelo uso incorreto, rasgo ou deformação em decorrência do uso, e de no mínimo 01 (um) ano, para os ventiladores;

14.2 – A contratante obriga-se a:

- a) fazer as solicitações e acompanhar a execução do contrato;
- b) rejeitar, no todo ou em parte, os produtos/materiais em desacordo com o contrato;
- c) proceder ao pagamento do contrato, na forma e prazo pactuados;
- d) comunicar, em tempo hábil, à Contratada, a quantidade dos produtos/materiais a serem entregues;
- e) emitir as requisições respectivas, assinadas pela autoridade competente.

XV – DO CONTRATO E DAS PENALIDADES

15.1 – Pela inexecução total ou parcial do contrato, nos termos do artigo 78 da Lei 8.666/93, a Contratada poderá sujeitar-se as seguintes penalidades, a ser aplicada pela autoridade competente, garantida prévia defesa:

- a) Advertência, por escrito, no caso de pequenas irregularidades;



ESTADO DE GOIÁS CÂMARA MUNICIPAL DE APARECIDA DE GOIÂNIA

b) Multa: Em caso de atraso injustificado na prestação do serviço do objeto, sujeitar-se-á o licitante vencedor à multa de mora de 2% (dois por cento) ao mês sobre o valor do contrato, ou conforme o caso, sobre o valor correspondente aos itens em atraso. A referida multa não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique outras sanções previstas na legislação referente à matéria;

b.1) As multas, indenizações ou outras despesas, impostas à contratada em decorrência do descumprimento de obrigações contratuais e legislação aplicável à espécie, deverão ser recolhidas no prazo de 72 (setenta e duas) horas, contadas da data de ciência de sua imposição;

c) Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração Municipal por prazo não superior a 02 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a punição, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração dos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

XVI – DA HOMOLOGAÇÃO E DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

16.1 – Após a adjudicação do objeto da licitação, e a vista do relatório de julgamento, o Presidente da Câmara Municipal de Aparecida de Goiânia efetivará juízo de conveniência acerca do procedimento licitatório, podendo homologar o certame, ou se for o caso, mediante decisão fundamentada poderá revogar a licitação;

16.2 – A decisão da autoridade competente será afixada em mural oficial da Câmara Municipal de Aparecida de Goiânia;

16.3 – A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas. Esta sanção não se aplica aos licitantes remanescentes que forem chamados de acordo com a ordem de classificação, e que não aceitarem a contratação nas mesmas condições propostas pelo primeiro adjudicatário, inclusive quanto ao prazo e preço.

XVII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1 – É facultado ao(a) Pregoeiro(a) ou Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

17.2 – Fica assegurado ao Presidente da Câmara Municipal de Aparecida de Goiânia mediante justificativa motivada o direito de, a qualquer tempo e no interesse da Administração, anular a presente licitação ou revogar no todo ou em parte.

17.3 – Os Proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

17.4 – Após a finalização da fase de lances, não caberá desistência da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo(a) Pregoeiro(a).



ESTADO DE GOIÁS CÂMARA MUNICIPAL DE APARECIDA DE GOIÂNIA

17.5 – É vedada a subcontratação, cessão ou transferência no todo ou em parte do objeto ora licitado, sem expressa anuência da Contratante.

17.6 – Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Câmara Municipal de Aparecida de Goiânia.

17.7 – O desatendimento de exigências formais não essenciais, não importará no afastamento da Licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

17.7.1 – Exigências formais não essenciais são aquelas cujo descumprimento não acarrete irregularidade no procedimento, em termos de processualização, bem como, não importem em vantagem a um ou mais Licitantes em detrimento dos demais.

17.8 – As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro contrato ou instrumento equivalente.

17.9 – A Administração poderá, até a assinatura do contrato, inabilitar licitante, por despacho fundamentado, sem direito a indenização ou ressarcimento e sem prejuízo de outras sanções cabíveis, se vier a ter conhecimento de fato ou circunstância anterior ou posterior ao julgamento da licitação que desabone a habilitação jurídica, as qualificações técnica e econômico-financeira e a regularidade fiscal da Licitante. Neste caso, o(a) Pregoeiro(a) convocará os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, restabelecendo a sessão para negociar diretamente com a Proponente melhor classificada e posterior abertura do seu envelope “Documentos de Habilitação”, sendo declarada vencedora e a ela será adjudicado o objeto deste Pregão, podendo apresentar o(s) documento(s) que vencer (em) seu prazo de validade após o julgamento da licitação.

17.10 – É de responsabilidade da Licitante o acompanhamento do processo no Setor de Licitações da Câmara no endereço anteriormente mencionado até a data da realização da sessão pública de abertura dos envelopes “Proposta de Preços” e “Documentos de Habilitação”.

17.11 – Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas na interpretação do presente Edital e seus Anexos, deverá ser encaminhado, por escrito, ao(a) Pregoeiro(a), no endereço citado no preâmbulo desse Edital ou pelo telefax (0xx62) 3548 – 3171, das 8:00h às 14:00h, de segunda a sexta-feira, em dias de expediente na Câmara, até 02 (dois) dias úteis imediatamente anterior à data de julgamento dessa licitação.

17.12 – Para dirimir as questões relativas ao presente Edital, elege-se como foro competente o de Aparecida de Goiânia - Estado de Goiás, com exclusão de qualquer outro.

Aparecida de Goiânia, aos 28 dias do mês de novembro de 2011.

ALZENI CARDOSO DE CIRQUEIRA
Pregoeira



ESTADO DE GOIÁS
CÂMARA MUNICIPAL DE APARECIDA DE GOIÂNIA

ANEXO I

ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO/TERMO DE REFERENCIA

PREGAO Nº. 005/2011
PROCESSO Nº. 055/2011

1 – DO OBJETO:

2.1 – Constitui objeto deste edital a aquisição de mobiliário diverso para a Câmara Municipal de Aparecida de Goiânia, conforme especificações a seguir:

LOTE 01: COMPUTADORES

Item	Quant.	Und	Especificação
01	01	Und	Mesa de reunião para 08 pessoas, formato oval com medidas aproximadas de: 2,5m de comprimento por 1,4m de largura. Tampo: madeira MDF de 25mm de espessura revestido em MDP com acabamento na mesma cor do revestimento. Painel: se o modelo dispor de painel central o mesmo deverá ser em madeira MDF 25mm de espessura revestido em MDP na mesma cor do tampo, nas duas faces. Da estrutura de sustentação: Estrutura metálica, pintura eletrostática na cor preta, com possibilidade de ajuste para piso em declínio. Cor: Tabaco ou semelhante.
02	01	Und	Mesa Presidente retangular, medindo 2000x800x750 com gaveteiro móvel. Tampo: madeira MDF de 5cm de espessura revestido em MDP com acabamento na mesma cor do revestimento. Painel frontal: em madeira MDF 5cm de espessura revestido em MDP na mesma cor do tampo, nas duas faces. Da estrutura de sustentação: em madeira MDF com espessura de 5cm revestido em MDP na mesma cor do tampo, e possibilidade de ajuste para piso em declínio. Do gaveteiro: Medidas aproximadas: altura mínima de 550 por 400 de largura e 500 de profundidade, em madeira MDF revestido em MDP na mesma cor da mesa, 03 gavetas, com chave, gavetas com corredeia em aço, 04 rodízios. Cor: Tabaco ou semelhante.
03	19	Und	Mesa Diretor medindo 1600x1400x800x600x740, formato de “L”, 02 (duas) gavetas com corredeias e chave. Tampo: madeira MDF de 25mm de espessura revestido em MDP com acabamento na mesma cor do revestimento. Painel frontal: em madeira MDF de no mínimo 18mm de espessura revestido em MDP na mesma cor do tampo, nas duas faces.



ESTADO DE GOIÁS
CÂMARA MUNICIPAL DE APARECIDA DE GOIÂNIA

			<p>Da estrutura de sustentação: em aço tubular chapa “18” no mínimo, pintura na cor preta. Cor: Tabaco ou semelhante.</p>
04	18	Und	<p>Mesa Secretária medindo 1400x800x750 retangular, 02 gavetas com corrediças e chave. Tampo: madeira MDF de 25mm de espessura revestido em MDP com acabamento na mesma cor do revestimento. Painel frontal: em madeira MDF de no mínimo 18mm de espessura revestido em MDP na mesma cor do tampo, nas duas faces. Da estrutura de sustentação: em aço tubular chapa “18” no mínimo, pintura na cor preta. Cor: Tabaco ou semelhante.</p>
05	19	Und	<p>Poltrona Diretor espaldar médio, giratória com braços. Do Assento e encosto: em madeira ergonômica, almofadada em espuma injetada ergonômica revestida em couríssimo na cor preta. Da Base: Base de sustentação giratória com 05 (cinco) hastes em metalon com proteção em nylon na cor preta, alavanca para regulagem de altura do assento, ser resistente até 150 kg. Apoia braços com regulagem de altura. Cor: preta</p>
06	18	Und	<p>Poltrona Secretária com braços, modelo executiva. Do Assento e encosto: em madeira ergonômica, almofadada em espuma injetada ergonômica revestida em couríssimo na cor preta, regulagem de inclinação do encosto. Da Base: Base de sustentação giratória com 05 (cinco) hastes em metalon com proteção em nylon na cor preta, alavanca para regulagem de altura do assento, com resistência para até 150kg. Apoia braços com regulagem de altura. Cor: preta</p>
07	80	Und	<p>Poltrona fixa espaldar médio Do assento: assento em madeira almofadado com espuma injetada ergonômica revestido em couríssimo na cor preta. Do encosto: composto por espuma injetada anatômica, e revestido em couríssimo na cor preta. Da Base: Estrutura fixa contínua em tubo de aço curvado, pintura eletrostática, antiferrugem, com capacidade para suportar até 150kg de peso. Deve possuir ainda proteção em material emborrachado para contato com o piso. Cor: preta</p>
08	18	Und	<p>Armário Alto com 02 portas e chave Medidas aproximadas: 1600x900x500 Da estrutura: Tampo e laterais em madeira MDF de 25mm revestida em MDP, com acabamento na mesma cor da madeira. Possuir em sua base pés ou sapatas que evite o contato direto com o chão e permita regulagem de nível. Das portas: Portas em MDF de no mínimo 15mm, revestida em MDP. Abertura das portas devem permitir um giro de no mínimo</p>



ESTADO DE GOIÁS
CÂMARA MUNICIPAL DE APARECIDA DE GOIÂNIA

			<p>270°, e vir com puxadores.</p> <p>Das prateleiras: Possuir o mínimo de 04 (quatro) prateleiras em madeira MDF com no mínimo 15mm de espessura na mesma cor do tampo e laterais.</p> <p>Cor: Tabaco ou semelhante.</p>
09	01	Und	<p>Armário baixo 02 portas e 03 gavetas Medidas aproximadas: 740x1400x500</p> <p>Da estrutura: Tampo e laterais em madeira MDF de 25mm revestida em MDP, com acabamento na mesma cor da madeira. Possuir em sua base pés ou sapatas que evite o contato direto com o chão e permita regulagem de nível. Este armário deve dispor das gavetas ao centro e portas nas laterais.</p> <p>Das portas: Portas em MDF de no mínimo 15mm, revestida em MDP. Abertura das portas devem permitir um giro de no mínimo 270°, e vir com puxadores e trancas.</p> <p>Das prateleiras: Possuir o mínimo de 01 (uma) prateleira móvel em cada vão, em madeira MDF com no mínimo 15mm de espessura na mesma cor do tampo e laterais.</p> <p>Das Gavetas: 03 gavetas, sendo a gaveta inferior c/ aproximadamente 30cm de altura, e as duas superiores em tamanho proporcional ao espaço, com tampo em madeira MDF de 15mm no mínimo, com puxadores, corredeiras de metal, e chave que trave as três gavetas simultaneamente.</p> <p>Cor: Tabaco ou semelhante.</p>
10	01	Und	<p>Armário Alto em Aço com 02 portas e chave, 04 vãos e 03 prateleiras. Toda a estrutura deve ser confeccionada em aço chapa 24, com fixação por solda e acabamento em pintura epóxi eletrostática.</p> <p>Medidas aproximadas 1980x1200x500</p> <p>Cor: Cinza.</p>
11	01	Und	<p>Arquivo em aço com 4 gavetas para pastas suspensas, confeccionado em aço chapa 24, gavetas com corredeira sistema telescópio, tranca simultânea de todas as gavetas, pintura eletrostática e pés em material emborrachado para evitar contato direto com o chão.</p> <p>Medidas aproximadas 1360x710x500</p> <p>Cor: Cinza.</p>
12	02	Und	<p>Ventilador com diâmetro de 40cm mínimo de 03 níveis de velocidade, estrutura em material plástico, com suporte para mesa ou parede. O ventilador deve funcionar com movimento fixo ou circular.</p> <p>Cor: cinza ou preto.</p>

Será aceita variação nas medidas dos móveis, especificadas neste edital de até 5%.



ESTADO DE GOIÁS CÂMARA MUNICIPAL DE APARECIDA DE GOIÂNIA

2 - Da Entrega:

Os produtos objeto deste termo poderão ser solicitados em sua totalidade ou parceladamente, sendo que o prazo total para entrega não ultrapassará 90 (noventa) dias da assinatura do contrato. Os produtos objeto deste termo deverão ser entregues no prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar do pedido, nos endereços que serão informados na solicitação. Os produtos poderão ser entregues em mais de um endereço, tendo em vista que a Câmara dispõe de 02 anexos.

As solicitações de fornecimento serão emitidas pelo Departamento de Compras ou Almoxarifado, conforme a necessidade, devidamente assinadas, e se dará da seguinte forma:

- a) Provisoriamente para efeito de posterior verificação da conformidade dos mesmos com as especificações e validades quando for o caso.
- b) Definitivamente após a aferição da qualidade e quantidade e conseqüente aceitação.

Todas as despesas decorrentes do fornecimento do objeto, inclusive a entrega no local indicado e montagem correrão inteira e exclusivamente por conta da futura contratada.



ESTADO DE GOIÁS
CÂMARA MUNICIPAL DE APARECIDA DE GOIÂNIA

ANEXO II

DECLARAÇÃO

Pregão nº 005/2011
Processo: 055/2011

A empresa _____, inscrita no CNPJ (M.F.) sob o nº _____, sediada à Rua/Avenida _____ nº _____, Setor/Bairro _____, na cidade de _____ Estado de _____, DECLARA, sob as penas cabíveis que possui todos os requisitos exigidos para habilitação, condições de qualificação jurídica, técnica, econômico-financeira e regularidade fiscal, DECLARANDO ainda, estar ciente que a falta de atendimento a qualquer exigência para habilitação e especificações mínimas obrigatórias do objeto, constante do Edital, ensejará aplicação de penalidade a Declarante.

_____, ____/____/2011.
Local e Data

(Assinatura e Carimbo do Representante Legal)



ESTADO DE GOIÁS
CÂMARA MUNICIPAL DE APARECIDA DE GOIÂNIA

ANEXO III

DECLARAÇÃO

PREGAO N°. 005/2011
PROCESSO N° 055/2011

A empresa _____, inscrita no CNPJ (M.F.) sob o nº _____, por intermédio do seu representante legal, o Sr (a) _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº _____ e CPF nº _____, **DECLARA**, para fins do disposto no art.7º, inciso XXXIII da Constituição Federal, não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho.

_____, ____/____/2011.
Local e Data

(Assinatura e Carimbo do Representante Legal)



ESTADO DE GOIÁS
CÂMARA MUNICIPAL DE APARECIDA DE GOIÂNIA

ANEXO IV - MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO N° /2011

CONTRATO REFERENTE À _____
_____, na forma que segue:

DAS PARTES:

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE APARECIDA DE GOIÂNIA, ESTADO DE GOIÁS, com sede na Rua Antônio Batista Sandoval S/N, Qd. 06 – Centro – Aparecida de Goiânia, Estado de Goiás, inscrita no CNPJ sob n° 01.203.223/0001-19, neste ato representada pelo Presidente **JOÃO ANTÔNIO BORGES**, inscrito no CPF/MF sob o n° _____ e assistido pelo Procurador da Câmara **FLÁVIO CARDOSO**, portador do CPF n° -----brasileiro, inscrito na OAB sob o n° ____ doravante simplesmente **CONTRATANTE**.

CONTRATADA: _____, empresa de direito privado, sediada à _____, _____ - _____, inscrita no CNPJ/MF n° _____, neste ato representada pelo Sr(a). _____, _____, _____, portador da C.I. n° _____ e CPF n° _____ residente e domiciliado à _____, _____ - _____, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**.

FUNDAMENTO: Este contrato decorre da licitação realizada na modalidade de PREGÃO n° 055/2011, regido pela Lei Federal n° 10.520/2002 e subsidiariamente pela Lei 8.666/93 em sua redação vigente, homologada pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, em ____ de _____ de 2011, tudo constata do processo n° _____, que é parte integrante do presente instrumento contratual.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.2 – Constitui objeto deste edital a aquisição de mobiliário para a Câmara Municipal de Aparecida de Goiânia, conforme especificações a seguir:

Item	Quant.	Und	Especificação	R\$ Unit.	R\$ Total



ESTADO DE GOIÁS CÂMARA MUNICIPAL DE APARECIDA DE GOIÂNIA

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ENTREGA

2.1 – Os produtos objeto deste termo poderão ser solicitados em sua totalidade ou parceladamente, sendo que o prazo total para entrega não ultrapassará 90 (noventa) dias da assinatura do contrato. Os produtos objeto deste termo deverão ser entregues no prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar do pedido, nos endereços que serão informados na solicitação. Os produtos poderão ser entregues em mais de um endereço, tendo em vista que a Câmara dispõe de 02 anexos.

2.2 – As solicitações de fornecimento serão emitidas pelo Departamento de Compras ou Almoxarifado, conforme a necessidade, devidamente assinadas, e se dará da seguinte forma:

- a) Provisoriamente para efeito de posterior verificação da conformidade dos mesmos com as especificações e validades quando for o caso.
- b) Definitivamente após a aferição da qualidade e quantidade e conseqüente aceitação.

2.3 – Todas as despesas decorrentes do fornecimento do objeto, inclusive a entrega no local indicado e montagem correrão inteira e exclusivamente por conta da futura contratada.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

3.1 – O valor global do presente contrato é de R\$ 0,00 (_____), a serem pagos mediante execução do objeto e a emissão de faturas.

3.2 – O pagamento somente será efetuado após a entrega do objeto e sua conseqüente aceitação. Após a certificação da entrega as notas fiscais serão atestadas pelo gestor do contrato.

3.3 – Gestor do contrato somente atestará o fornecimento e liberará a(s) Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s) para pagamento quando cumprido pela CONTRATADA, todas as condições pactuadas.

3.4 – Para efeito de pagamento será verificado ainda se o fornecedor se encontra em dia com suas obrigações fiscais. As faturas deverão conter:

- a) Data de emissão;
- b) Estar endereçada a Câmara Municipal de Aparecida de Goiânia/GO, Rua Antônio Batista Sandoval S/N, Qd. 06 – Centro – Aparecida de Goiânia/Goiás, inscrita no CNPJ sob nº 01.203.223/0001-19;
- c) Valor unitário e valor total dos produtos entregues;
- d) A especificação dos produtos entregues;
- e) Conter todas as CND's válidas.

CLÁUSULA QUARTA – DO ATRASO DE PAGAMENTO

4.1 – As faturas ou as parcelas com atraso de pagamento superior a 30 (trinta) dias, terão direito a correção de 0,5% (meio por cento) de seus respectivos valores.

CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS, DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DURAÇÃO DO CONTRATO



ESTADO DE GOIÁS CÂMARA MUNICIPAL DE APARECIDA DE GOIÂNIA

5.1 – As despesas com a presente licitação, correrão a cargo da Dotação Orçamentária: 01.031.0001.2.001 elemento de despesa 4.4.90.52.

5.2- Os recursos necessários aos pagamentos das despesas decorrentes desta licitação são oriundos dos Repasses do Duodécimo recebido pela Câmara Municipal de Aparecida.

5.3 – Este contrato terá vigência de 90 (noventa) meses a partir da data de sua assinatura.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES

6.1 – Além das resultantes da Lei 8.666/93 a adjudicatária se obriga, nos termos deste Edital, a:

a) Após a homologação da licitação, comparecer para assinatura do Contrato, no prazo de até 05 (cinco) dias, contados do recebimento da convocação formal, conforme o caso;

b) Aceitar os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias até 25% (vinte e cinco) por cento do valor total do contrato atualizado;

c) Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela fiscalização da contratante;

d) Manter durante toda a execução do termo respectivo, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;

e) Dar garantia do mobiliário pelo prazo mínimo de 03 (três) anos contra defeito, quebra desde que não tenha sido provocada pelo uso incorreto, rasgo ou deformação em decorrência do uso, e de no mínimo 01 (um) ano, para os ventiladores;

6.2 – A contratante obriga-se a:

a) fazer as solicitações e acompanhar a execução do contrato;

b) rejeitar, no todo ou em parte, os produtos/materiais em desacordo com o contrato;

c) proceder ao pagamento do contrato, na forma e prazo pactuados;

d) comunicar, em tempo hábil, à Contratada, a quantidade dos produtos/materiais a serem entregues;

e) emitir as requisições respectivas, assinadas pela autoridade competente.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CONTRATO E DAS PENALIDADES

7.1 – Pela inexecução total ou parcial do contrato, nos termos do artigo 78 da Lei 8.666/93, a Contratada poderá sujeitar-se às seguintes penalidades, a ser aplicada pela autoridade competente, garantida prévia defesa:

a) Advertência, por escrito, no caso de pequenas irregularidades;

b) Multa: Em caso de atraso injustificado na prestação do serviço do objeto, sujeitar-se-á o licitante vencedor à multa de mora de 2% (dois por cento) ao mês sobre o valor do contrato, ou conforme o caso, sobre o valor correspondente aos itens em atraso. A referida multa não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique outras sanções previstas na legislação referente à matéria;

b.1) As multas, indenizações ou outras despesas, impostas à contratada em decorrência do descumprimento de obrigações contratuais e legislação aplicável à espécie, deverão ser recolhidas no prazo de 72 (setenta e duas) horas, contadas da data de ciência de sua imposição;

c) Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração Municipal por prazo não superior a 02 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a



ESTADO DE GOIÁS
CÂMARA MUNICIPAL DE APARECIDA DE GOIÂNIA

própria autoridade que aplicou a punição, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração dos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO

8.1 – O presente contrato poderá ser rescindido, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que a CONTRATADA tenha direito a qualquer indenização quando:

- a) Não cumprir quaisquer das obrigações assumidas;
- b) Transferir o contrato a terceiros, no todo ou em parte sem prévia ou expressa anuência da CONTRATANTE.

8.2 – O presente contrato poderá ser rescindido pôr mútuo acordo, quando atendidas as conveniências dos fornecimentos e disponibilidade de recursos financeiros, tendo a CONTRATADA o direito a receber da CONTRATANTE, o valor dos produtos/materiais fornecidos, até aquela data.

8.3 – Ao Presidente da Câmara Municipal reserva-se o direito de no caso de não cumprimento do contrato a contendo, transferi-lo a terceiros ou a executá-lo diretamente, sem que a CONTRATADA caiba qualquer recurso judicial ou extrajudicial.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

9.1 – Fica eleito o foro desta cidade, para dirimir todas as questões emergentes deste contrato, com renúncia de qualquer outro pôr mais privilegiado que seja.

9.2 – E assim pôr estarem justos, combinados e contratados, assinam este instrumento, as partes, pôr seus representantes, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

Aparecida de Goiânia, ____ de _____ de 2011.

CÂMARA MUNICIPAL DE APARECIDA
CONTRATANTE

CONTRATADA

Testemunhas:

1- _____ CPF: _____

2- _____ CPF: _____